

News Paper®

Informativo
Setorial ANDIPA



Nesta edição

Produção da indústria gráfica recuou 13,8% no ano passado

Página 4

Preço dos livros deve subir perto da inflação

Página 5

Papel é matéria-prima que exige cuidados especiais

Página 10 e 11

Opinião: “mudar para errar menos”

Página 3

Consciência de valores e de limites é base para relações mais saudáveis

O cenário de adversidade acentua as diferenças e os problemas individuais e setoriais, que precisam ser tratados com lisura e transparência, em busca de soluções que preservem os setores e o bom ambiente de negócios. Os momentos de crise ou de prosperidade passam e é dever das instituições zelar por princípios e valores inegociáveis que garantam o futuro sustentável dos setores.

Páginas 2

Imprimir e Escrever

Em 2015, consumo aparente de papel caiu 19%,
cuchê respondeu por 46% da importação

Páginas 12 e 13

Expediente

NewsPaper Informativo Setorial ANDIPA é uma publicação da ANDIPA - Associação Nacional dos Distribuidores de Papel. Direitos autorais reservados. A reprodução é permitida desde que citada a fonte.

Contatos (11) 3044-2214

andipa@andipa.org.br / comunicacao@andipa.org.br
www.andipa.org.br Andipa também no Facebook

Presidente

Vitor Paulo de Andrade

Diretoria

Antonio Manoel de Mattos Vieira Neto
José Luiz Barbosa Leonardos
Marcelo Patury Accioly

Presidente Executivo

Vicente Amato Sobrinho

Assistente Administrativo

Iolanda Moretti

Assistente de Diretoria

Edna Souza

Assessoria de Comunicação e Conteúdo Editorial

Keser Serviços de Comunicação

Jornalista Responsável

Rosângela Valente (Mtb 121/MS)

Valores genuínos

Quanto maior for a consciência do que temos a oferecer e da função que desempenhamos no conjunto, mais claras e convictas serão nossas ações. Em tempos sisudos de crise, focar firmemente nos nossos valores pode ser a diferença entre o agir e o paralisar, entre o superar ou o sucumbir.

O segmento de distribuição de papel é um parceiro de negócios na cadeia produtiva, especializado em fazer a ponte entre a fábrica – nacional ou estrangeira – e o gráfico ou o consumidor do papel. Entregamos nas quantidades, distâncias e prazos que o cliente necessita. Temos variedade de itens disponíveis, com qualidade e atendimento técnico, em condições competitivas de mercado e a crédito. É o distribuidor/importador de papéis que investe e corre os riscos, que assume os altos custos de importação para suprir o mercado interno e ainda precisa enfrentar a concorrência desleal daqueles que praticam deliberadamente preços baixos, seja astutamente vislumbrando a concentração de mercado ou por opção pelo ilícito.

O distribuidor tem visto suas margens cada vez mais pressionadas. Não tem poder para determinar preços e precisa se ajustar às variáveis do mercado nacional e internacional. Somos solidários à preocupação do setor gráfico com os impactos do aumento de preço do papel pela indústria nacional em tempo de recessão econômica. Mas, é fato que se os distribuidores independentes forem sufocados, os consumidores de papéis ficarão vulneráveis, à mercê de retroceder ao tempo das cotas.

Esse não é o único ingrediente indigesto que foi acrescentado ao cardápio setorial. Várias empresas já estão enfrentando as consequências da fúria fiscal que assolou o setor, na esteira do

combate às fraudes com papel imune, e passou a generalizar a existência de irregularidades em operações legítimas. É preciso reagir, separar o joio do trigo, como já falamos neste mesmo espaço. Não se pode presumir culpa e julgar com base em pré-conceitos, condenando empresas sérias por operações regulares e lícitas.

Cada segmento da cadeia do papel tem suas questões específicas. Mas, temos os temas comuns, aqueles que afetam vários elos e com potencial para sérios estragos futuros. É nestes temas que devemos focar, com transparência e seriedade, reafirmando a parceria que é positiva a todos. Unidos nas adversidades comuns, podemos construir consenso nas diferenças. Nossas relações institucionais e comerciais precisam estar pautadas, definitivamente, em princípios e valores inegociáveis, que visem o futuro de nossas atividades e mercados.

É claro que o ambiente de recessão que assola o país agrava as dificuldades e potencializa os danos. Mas, essa situação passará como passaram tantos outros momentos turbulentos e também os tempos de bonança! A questão é como estaremos após a travessia desse turbilhão!?!

Isso me fez lembrar uma frase ouvida recentemente em uma das recorrentes análises de conjuntura, ‘ao final desta crise seremos o que fizermos dela, não o que ela fizer de nós’. O mesmo vale para nossas questões setoriais. Sempre há escolha. Ela pode não ser fácil, mas ainda assim, existe. Nossos valores colocam os limites e norteiam os rumos para as nossas decisões. Que possamos fazer as escolhas mais acertadas.

Vitor Paulo de Andrade
Presidente do Conselho Diretor

Um ano para mudar a cabeça e errar menos

Por João Ciaco *

Em um ano no qual o mercado de comunicação estará mais recessivo, as margens de erros têm de ser menores. Começar um texto de perspectiva com uma frase como essa parece que não deixa muita margem para discussão. Mas não é bem isso. O mercado de comunicação sabe que o cenário não será dos melhores em 2016 (não muito diferente do que viveu nos dois anos anteriores) e, em razão disso, tem plena consciência de que se um erro acontecer deve ser identificado e corrigido rapidamente.

O melhor resultado está, sem dúvida, na qualidade da informação, essencial para a tomada de decisões mais assertivas. Hoje, com a infinidade de subsídios que o mercado tem em mãos, a gestão e curadoria deles são fundamentais para se qualificar um plano de marketing, por exemplo. Ou seja, margens de erros menores levam as pessoas a serem mais conservadoras.

É condição prioritária para o marketing ter dados confiáveis em mãos e é de suma importância eles estarem bem organizados. E isso o Instituto Verificador de Comunicação (IVC) tem feito, como parceiro de *publishers*, agências e anunciantes. O ano de 2016 provavelmente será de investimentos menores e, por isso, o planejamento deve ser feito com absoluta certeza.

É difícil dizer isso, mas não vejo um *boom* nos principais setores. Será, sim, um ano de recuperação e não de destaques. Com relação a meios, talvez uma tendência de crescimento (pequeno) possa ser vista em TVs a cabo e internet, por serem mais segmentados. A aposta em TV aberta é sempre válida em razão da sua amplitude.

O meio impresso deverá continuar a ter queda, mas há uma contrapartida. Não é de hoje que o segmento precisa ser visto além do papel. O meio digital dentro do meio impresso tende a crescer em relevância e não devemos olhar os dois formatos de maneira estanque, separados entre si. O digital, há muito tempo, não apenas replica o impresso e as duas mídias devem ser consumidas complementarmente.

O impresso ainda tem força (e continuará tendo), mas os *publishers* precisam passar a ter também pensamento digital, trabalhando a informação nas diversas plataformas, integrando-as, com hipertextos e *hiperlinks*, por exemplo. Da mesma forma, as campanhas passaram a ter pensamento e formatos mais variados – nos mais variados *devices* disponíveis.

Gradativamente, o anunciante investe onde há melhor e maior desempenho, onde a percepção dos resultados é mais rápida e isso é uma realidade mundial. Nesse sentido, o papel do IVC será ainda mais fundamental este ano, pois é ele quem mostrará (a *publishers*, anunciantes e agências) os caminhos mais assertivos a serem seguidos. Onde a margem de erro é menor e os resultados mais certos. Cada vez mais seremos parceiros do mercado de comunicação, com ações, convênios e maior número de dados confiáveis. Ou seja, ajudando a mudar as cabeças.



**presidente do Conselho Diretor do IVC Brasil e head de Brand Marketing Communication da FCA (Fiat Chrysler Automobiles) Latam*

Produção da indústria gráfica recuou 13,8%, em 2015

A produção física da indústria gráfica brasileira fechou 2015 com retração de 13,8% em comparação com 2014. O dado foi informado pelo presidente da Abigraf Nacional (Associação Brasileira da Indústria Gráfica), Levi Ceregato, em entrevista sobre as perspectivas e desafios do setor.

As estimativas para 2016 são de queda. “Mas o setor, que sempre demonstrou grande capacidade de superação, está mobilizado em prol de um bom desempenho”, avalia o presidente da entidade, destacando que eleições municipais e a Olimpíada do Rio de Janeiro poderão representar um movimento sazonal para as gráficas. “Mas nada que seja capaz de impactar o mercado de modo expressivo”, conclui Ceregato.

Além das perspectivas da economia brasileira para 2016 seguirem negativas, a Abigraf tem alertado as entidades setoriais e comunicado a sociedade sobre os impactos nos preços dos impressos provocados pelos aumentos de custos do setor gráfico, o mais recente deles sobre o papel nacional, em vigor a partir de fevereiro. “O papel é o principal insumo da indústria gráfica. Portanto, o impacto de um reajuste de 24%, que se segue a outro, acumulado em 2015, de 11%, é inevitável. Não há como assimilar custo de tal dimensão sem repassar uma parte da conta aos preços finais para os contratantes de serviços e consumidores.”

O câmbio valorizado impede que o mercado internacional ajude a conter os preços internos, equilibrando oferta e demanda, seja na importação de papéis ou de serviços gráficos. O presidente da Abigraf destaca que “o problema é que se impõe a majoração de um insumo com impacto direto em produtos importantes para a população, como livros, revistas, cadernos e embalagens, inclusive de alimentos e medicamentos. Este é o ponto relevante! Se importar é caro e produzir aqui é caro, a gráficas e a sociedade tornam-se reféns de um dilema”.

Conforme Levi Ceregato, seria muito importante neste momento que os distribuidores buscassem contribuir para que se revisse o reajuste do preço do papel. “Afim, como vimos, os números do setor e o cenário econômico não recomendam reajuste tão elevado do principal insumo gráfico”, acrescenta.

Com a queda na produção e o cenário de retração da economia nacional, a indústria gráfica também investiu menos. No ano passado, os investimentos do setor registraram queda de 29% na importação de máquinas

e equipamentos, totalizando US\$ 697 milhões, contra US\$ 975 milhões em 2014. Levi Ceregato informou que a Abigraf não tem dados consolidados sobre inadimplência do setor gráfico, mas avalia que a tendência, como em todos os setores de atividade, é de aumento.

Agenda legislativa

Enquanto questões econômicas se desenrolam alheias às vontades setoriais, a Abigraf também se dedica a desatar nós jurídico-tributários que dependem de ações legislativas e poderiam dar algum alento à indústria gráfica. No final do ano passado, foi criada a Frente Parlamentar Mista da Indústria Gráfica e Mídia Impressa. Ceregato informou que foram encaminhados quatro projetos de lei fundamentais para o setor, detalhados abaixo:

1. O primeiro deles, o Projeto de Lei Substitutivo da Câmara dos Deputados 15/2015, de autoria do senador Romero Jucá, do PMDB de Roraima, coloca fim à bitributação de impressos pelo ICMS e o ISS, que remonta há quase quarenta anos.
2. A segunda proposta relevante para o setor e a sociedade brasileira é o Projeto de Lei 7.867, de 2014, de autoria do deputado Vicente Paulo da Silva, do PT de São Paulo. Trata-se de propositura que proíbe a impressão no exterior das obras compradas pelo governo federal no âmbito do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) e daquelas contempladas pela Lei Rouanet. O projeto corrige distorções, pois os recursos públicos do orçamento direto da União, no caso do PNLD, e o dinheiro da renúncia fiscal de estímulo à cultura, no tocante à Lei Rouanet, estão fomentando a indústria gráfica de outros países e gerando empregos no exterior.
3. A importância do projeto de lei, de número 2.396/2015, de autoria do deputado federal Walter Ibhoshi (PSD-SP), deve-se ao fato de que as gráficas recolhem alíquota de 9,25 por cento de contribuição para o PIS/Cofins na impressão de livros. O texto reduz a zero as alíquotas do PIS/PASEP e da Cofins incidentes sobre a receita bruta decorrente da impressão de livros no Brasil.
4. A quarta proposta importante para o setor e para a sociedade é o Projeto de Lei 6.705/2009, nascido a aprovado no Senado Federal, como PLS 160/2007, de autoria do Senador Agripino Maia (DEM-RN). O texto prevê a desoneração de material escolar, com a isenção de PIS/Cofins.

SNEL espera que o preço médio dos livros cresça perto da inflação, este ano

A aceleração da inflação e a desvalorização do Real, com forte impacto no preço do papel, devem fazer com que o preço médio dos livros tenha um crescimento mais próximo à inflação este ano. A avaliação é do presidente do Sindicato Nacional dos Editores de Livros (SNEL), Marcos da Veiga Pereira, que falou ao NewsPaper sobre as perspectivas para o mercado, diante do cenário adverso da economia brasileira. Ele explicou que as editoras tiveram muita dificuldade de repassar a inflação para o preço dos livros nos últimos anos. “A queda acumulada desde 2004 é de 40% (quarenta por cento), considerando os preços constantes. Acho impossível que este quadro não se reverta”, ressalta.

Considerando os livros que foram efetivamente vendidos pelos canais de vendas, 2015 deixou alguns resultados positivos para o setor. O volume de vendas por períodos ao longo de 2015 oscilou entre o crescimento de 26,9% (entre abril e maio) e a queda de 7,5% (em dezembro), no comparativo equivalente do ano anterior. No consolidado anual, a variação foi positiva de 2,5% em exemplares e 3,43% em valores, o que representa queda de 7% quando considerada a inflação anual de 10,67%, conforme a pesquisa do “Painel das Vendas de Livros no Brasil”, de janeiro de 2016.

O presidente do Sindicato explica que 2015 foi um ano marcado pelo fenômeno dos livros de colorir, que trouxeram um crescimento forte ao mercado no primeiro semestre. Outro ponto favorável foi o recorde de público na Bienal Internacional do Livro do Rio de Janeiro no final de agosto/início de setembro. No entanto, ele diz que as vendas no varejo decepcionaram no final do ano, particularmente no Natal. “Mas qualquer saldo positivo no ano passado é motivo de comemoração”, afirma Marcos da Veiga Pereira.

A análise mais detalhada do desempenho do mercado

editorial no país é feita com base na pesquisa “Produção e Vendas do Setor Editorial Brasileiro”, realizada anualmente pela Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (FIPE) a pedido do Sindicato e da Câmara Brasileira do Livro (CBL). O levantamento de 2015 está na fase de coleta de dados e deveria contar com a participação de todos os editores que publicam pelo menos 5 títulos novos por ano. Segundo o SNEL, o censo setorial realizado em 2009 identificou que o universo total de respondentes era próximo de 500 empresas. No entanto, a média nos últimos anos tem sido próxima a 150 questionários respondidos, que representam 70% do mercado.

As informações mais importantes apuradas na pesquisa são a produção de títulos por categorias e as vendas por subsetor, separadas em vendas aos governos (federal, estaduais e municipais) e ao mercado. Com isso, o setor pode mapear melhor o mercado editorial que tem seus desafios particulares.

Conforme o presidente do Sindicato, um grande problema para a indústria editorial brasileira é a sua dependência das compras governamentais, que chegaram a representar 27% do faturamento anual. Com as dificuldades de orçamento os programas de bibliotecas foram cortados em 2015 e devem continuar restritos em 2016.

“A crise infelizmente acirra a competitividade, o que muitas vezes gera guerras de preços e promove uma diminuição geral da rentabilidade da indústria, enfraquecendo-a com um todo”, diz Marcos da Veiga Pereira, acrescentando que um enorme desafio para 2016 será o encaminhamento do Projeto de Lei 49/2015, da senadora Fátima Bezerra, que estabelece regras para os descontos praticados nos primeiros 12 meses do lançamento de cada título, a exemplo do que existe na França, Alemanha, Japão e vários países do mundo.

Pré-conceito cerceia defesa de autuações indevidas e setor discute ações

Autuações indiscriminadas e amparadas na generalização de práticas ilícitas no mercado de papel geraram uma enxurrada de processos no estado de São Paulo, que estão pondo em risco as atividades de empresas sérias e tradicionais. Distribuidores associados à Andipa e ao Sinapel e seus advogados participaram de reunião na sede da Federação do Comércio, sobre as dificuldades comuns enfrentadas nas defesas em função dos 'vícios de origem que estão punindo os justos por não permitir a distinção entre o joio e o trigo, pré-julgando todos os processos do setor como fraudes com papel imune'.

Segundo os advogados há raras exceções de sucesso, ainda que parciais, em que os contribuintes estão conseguindo reverter as autuações. Em geral, todos estão enfrentando dificuldades de defesa no âmbito administrativo da Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo e no Tribunal de Impostos e Taxas (TIT), que desconsidera a comprovação de boa-fé e a documentação de operação de compra ou venda de papéis.

Com isso, as empresas estão sendo obrigadas a recorrer ao Judiciário, um caminho oneroso pela exigência de garantia, que é baseada nas autuações hipervalorizadas. Além de demorada, a via judicial requer que sejam desfeitos 'mal-entendidos' que originaram as autuações a partir de cassações retroativas de contribuintes que até então tinham os registros federais e estaduais, permitindo-os operar, inclusive com papel imune. Os envolvidos são unânimes ao apontar o cenário: o problema jurídico vira um entrave econômico-financeiro, impondo dificuldades adicionais ao ambiente de negócios já recessivo, que podem fazer fechar empresas e centenas de postos de trabalho.

A iniciativa animou os participantes, que darão continuidade às discussões para buscar soluções conjuntas para a ampla defesa dos contribuintes que seguem com rigor as legislações e boas práticas de mercado. "O esquema de fraude enganou a todos, dando aparente legalidade às operações amparadas nos registros fornecidos pelas autoridades fiscais, como o registro de papel imune na Receita Federal e o Recopi, em São Paulo, além de inscrição ativa", avalia o sócio da área tributária da LBZ Advocacia, Gustavo Dalla Valle Baptista da Silva, que tem estudado os argumentos e raciocínios aplicados pelos agentes fiscais nas autuações e nos processos.

Para entender o problema

A série de autuações nas operações de compra e venda de papéis começou após descoberto o esquema fraudulento, em investigação realizada pela Receita Federal e pelo Ministério Público Federal (MPF). Os ilícitos envolveram dezenas de empresas e após rigorosa investigação resultou em ação penal contra 11 pessoas por organização criminosa, lavagem de dinheiro e falsidade ideológica. Segundo a denúncia oferecida pela MPF e aceita pela Justiça Federal, o grupo teria ocultado e dissimulado a origem, a movimentação e a propriedade de cerca de R\$ 1,1 bilhão proveniente de diversos crimes, como descaminho e sonegação fiscal, entre os anos de 2009 e 2013.

A partir da relação de empresas identificadas no esquema, a Secretaria da Fazenda paulista passou a fiscalizar as operações realizadas com contribuintes do estado. Os nomes envolvidos no esquema fraudulento foram considerados inidôneos e tiveram a inscrição estadual cassada retroativamente, tornando todas as operações irregulares, desconsiderando as condições de cada negociação à época e a lisura do outro contribuinte envolvido. Com isso, os fiscais do estado passaram a autuar as distribuidoras que compraram ou venderam papéis, cobrando destas, também, multas que chegam a até 300% do imposto.

Baseado em falsas premissas, formou-se um pré-conceito considerando improcedentes todos os questionamentos referentes à comercialização de papel no âmbito da esfera administrativa, sem o cuidado da análise documental da defesa. Essa orientação se repete no TIT, onde representantes da Andipa foram recebidos para esclarecer a situação e pedir que os processos contra os distribuidores fossem julgados no rigor da legislação, considerando os fatos de cada situação. Ainda assim, poucos obtiveram êxito e a maioria está discutindo a o assunto no Judiciário.

Os mesmos fatos, na esfera federal redundaram em processo para responsabilização criminal e tributária de um certo número de pessoas e empresas, mas se reconheceu a condição de vítima das distribuidoras sérias do setor. "Diferente do que fez o Ministério Público Federal e a Receita Federal, faltou cuidado para a Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo na hora de separar o joio do trigo", observa o especialista tributário.

Associados têm liminar para assegurar equiparação de benefício de PIS e Cofins

Três ações movidas pela Andipa em prol de seus associados têm decisão liminar que permitem aos distribuidores de papéis enquadramento nos benefícios fiscais previstos na Lei 10.865/04, que reduzem as alíquotas de PIS e Cofins na comercialização de papel imune, sem a obrigação de comprovar representação de fabricante estrangeiro.

A primeira ação, movida em 2011, que questiona o §1º, do artigo 1º, do Decreto 5.171/04 e pede a redução de alíquota para 4% nas importações de papel imune, foi acatada em primeira instância, tendo a União recorrido da decisão. A segunda medida questiona a mesma restrição imposta aos distribuidores pelo §1º, do artigo 1º, do Decreto 6.842/09, que regulamenta a concessão de alíquota zero na importação de papéis enquadrados nas NCMs 4801.00.10, 4801.00.90, 4802.61.91, 4802.61.99, 4810.19.89 e 4810.22.90, quando destinados à impressão de livros e periódicos.

A segunda ação judicial proposta em 2012, também

teve pedido de liminar concedido e no mérito foi assegurado o direito dos associados. Ainda de acordo com a consultoria jurídica, o fundamento das duas ações se baseia no fato de o decreto ter inovado a legislação.

Uma terceira demanda foi proposta em 2015, em Brasília, para garantir a extensão das decisões aos associados de todo o país, em vista da discussão levantada num dos casos anteriores quanto ao alcance da ação iniciada em São Paulo. A liminar foi dada e os associados permanecem amparados.

As decisões liminares referem-se exclusivamente às distribuidoras, enquanto associadas à Andipa, podendo ser requerida pelas empresas que vierem a se associar, conforme orienta o advogado Gustavo Dalla Valle Baptista da Silva, do Escritório LBZ Advocacia responsável pelas ações. Segundo ele, o processo deve se estender por cerca de dois anos, até a decisão final do Tribunal.

Conselho Diretor reconduz presidente

O empresário Vitor Paulo de Andrade, da associada Rio Branco Comércio e Indústria de Papéis, foi confirmado na presidência do Conselho Diretor da Andipa para o mandato de 2016 a 2018, dando início ao terceiro mandato consecutivo no cargo. Cumprindo o previsto no estatuto da entidade, o presidente é um dos quatro membros associados que compõem o Conselho Diretor eleito em Assembleia Geral Ordinária, realizada no dia 26 de novembro, em São Paulo.

A diretoria reeleita é composta por: Antonio Manoel de Mattos Vieira Neto, da AMV Papéis Distribuidora, do Distrito Federal; José Luiz Barbosa Leonardos, da

Opus - Opções, Papéis e Soluções, de São Paulo; Marcelo Patury Accioly, da Tecpel Importação e Distribuição de Papéis, do Pernambuco; e Vitor Paulo de Andrade, da Rio Branco, de São Paulo.

A escolha do presidente do Conselho Diretor aconteceu na primeira reunião do ano, em janeiro. Além da diretoria, a atual gestão vai contar também com a presidência executiva de Vicente Amato Sobrinho, que acumula ainda o cargo de presidente do Sinapel – Sindicato do Comércio Atacadista de Papel, Papelão, Artigos de Escritório e de Papelaria do Estado de São Paulo.

Novas datas e adesão atualizam o Recopi Nacional

O estado do Piauí prorrogou os prazos para credenciamento e registro de operações do Sistema de Registro e Controle das Operações com Papel Imune Nacional – Recopi Nacional. O prazo para credenciamento foi adiado de 1º de janeiro para o dia 1º de abril de 2016, enquanto que o prazo para registro de operações ficou para 1º de maio de 2016, conforme Portaria nº 35, de 4 de fevereiro de 2016. Desde dezembro, o Sistema Recopi teve ainda uma regulamentação e uma adesão.

O estado do Ceará publicou o Decreto Estadual nº 31.862, de 2015, regulamentando o sistema com credenciamento nos moldes já conhecidos. Como o decreto entrou em vigor na data de sua publicação, entende-se que o credenciamento já se encontra disponível.

Já o Rio Grande do Norte aderiu ao Recopi através do Convênio ICMS 172, de 18 de dezembro de 2015, com regulamentação ainda a ser definida pelo governo estadual.

Com isso, 22 Unidades da Federação firmaram o compromisso para o controle da comercialização de

papel imune, sendo que 15 delas regulamentaram a operacionalização para seus contribuintes. Para a completa nacionalização do Recopi faltam apenas a inclusão dos estados do Tocantins, Roraima, Amazonas, Rondônia e Acre.

Conforme acompanhamento do Escritório LBZ Advocacia, o Estado do Espírito Santo promoveu alterações em sua legislação, determinando que o pedido de credenciamento seja instruído com cópia dos documentos pessoais dos sócios das empresas. No caso de sociedades anônimas, a exigência recairá sobre os diretores. A nova regra contempla pedido feito pela Andipa à Secretaria da Fazenda de São Paulo, que coordena o Sistema. A entidade defendia que a apresentação dos documentos é uma forma de evitar a concessão do Registro à empresa constituída por terceiros (laranjas) com o deliberado intuito de fraude.

Conforme estabelece o Convênio ICMS nº 48, de 12 de junho de 2013, o Recopi Nacional é obrigatório para contribuintes do estado que operem com papel imune na condição de: fabricante, usuário, importador, distribuidor, gráfica, convertedor ou armazém geral.

Distribuição tem apoio da FecomercioSP contra fraude com boleto de cobrança

O golpe do boleto adulterado foi aplicado em um distribuidor de papel associado e o banco envolvido se eximiu completamente de responsabilidade. Entendendo que as instituições bancárias deveriam ter mecanismos para evitar essas fraudes, o Sinapel solicitou apoio da FecomercioSP no sentido de responsabilizá-las, nestes casos, protegendo as empresas dos prejuízos decorrentes dos golpes.

Em pronta resposta, assinada pelo presidente Abram Szajman, a Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado de São Paulo (FecomercioSP) relatou suas ações sobre as fraudes, das quais ela própria já foi vítima, colocando à disposição para esclarecimentos sua Assessoria Técnica.

O assunto foi tratado no Conselho do Comércio Varejista da Federação, em 30 de julho passado, com a participação de técnicos da Federação Brasileira dos Bancos (Febraban), que apresentaram a proposta de implantação da cobrança registrada. A nova plataforma de cobrança, a ser adotada pelos bancos, teria como principal objetivo coibir fraudes com boletos. Conforme apresentado na reunião, o novo modelo tem cronograma de implantação até 2017.

Além de cobrar providências da Febraban, a FecomercioSP também orientou sobre a decisão do Superior Tribunal de Justiça, “que publicou a súmula 479, posicionando-se favoravelmente aos terceiros prejudicados pelas falhas bancárias”. A entidade informou ainda que realiza campanhas informativas, comunicando sobre as formas que existem para atestar a idoneidade dos boletos.

Prejuízo

Para a empresa que teve seus documentos adulterados, os problemas e o prejuízo continuam. O crime gerou inquérito policial. Os boletos não recebidos foram protestados. Alguns clientes aceitaram a negociação e quitaram a dívida. Outros estão irredutíveis. Parte dos afetados pelo golpe deixou de comprar.

O exemplo fica como alerta para os distribuidores de papel. Andipa e Sinapel informaram seus associados sobre o caso, repassando dicas de segurança para que se evite ao máximo cair nos golpes com boletos bancários. Vale lembrar os pontos principais das recomendações dos especialistas para identificar indícios de fraude, que precisam ser imediatamente checados com o fornecedor emissor da cobrança:

1. Erros básicos no boleto (como erros de português e formatação fora do padrão, como impressão torta);
2. Falta de exatidão nos dados (nome completo, endereço e nome da empresa responsável pelo envio);
3. Atenção ao código de barras (confira o código bancário e certifique-se de que os três primeiros números correspondem ao código do banco emissor do documento);
4. Suspeite de e-mail (não clique ou abra link até confirmar com a empresa que a correspondência é válida);
5. Atenção máxima no ato do pagamento (antes de finalizar o pagamento, verifique se os dados do cedente correspondem ao fornecedor do produto ou serviço contratado);
6. Verifique o que você está pagando (certificar-se do débito); e
7. Apure se o site é confiável e mantenha programas de antivírus e *firewall* atualizados (no caso de compras feitas no comércio eletrônico).

Matéria-prima essencial para a indústria gráfica, o papel requer cuidados especiais

Uma vasta gama de produtos com diferenciações técnicas para a aplicação em impressos gráficos dos mais variados tipos, formatos e aplicações: tão complexo quanto versátil, o papel é uma matéria-prima de base natural, um produto biodegradável que exige atenção redobrada para que sua integridade física não comprometa os resultados – tanto do material impresso, quanto da operação financeira da empresa.

Para profissionais que trabalham diretamente com o papel, estes cuidados podem ser peculiaridades da rotina, que inclusive precisam ser partilhadas e reforçadas com os públicos de relacionamento. Já para aqueles que não lidam diretamente com a parte

NewsPaper - Enquanto matéria-prima, o papel tem características que exigem cuidados especiais para dar bons resultados à produção gráfica. Quais são os principais aspectos do produto que devem ser observados quando o carregamento chega à gráfica?

Robusti e Dragoni - Os papéis possuem várias propriedades que influenciam nos resultados da impressão e acabamento e que podem ser medidas e avaliadas. Para todas há valores que podem ser especificados para diferentes tipos de produtos gráficos e processos de impressão. Além disso, os papéis devem ser o mais uniforme possível. Exemplos de algumas dessas propriedades: gramatura, espessura, aspereza, permeância ao ar, higroexpansividade ("instabilidade dimensional"), cor, brancura, opacidade, entre outras.

Ao receber um carregamento, o gráfico deve observar se o papel está protegido, com embalagem adequada (papel kraft plastificado e plástico), de tal forma que não sofra a ação da umidade ou de qualquer contaminante externo. Deve estar devidamente identificado e não apresentar irregularidades como embalagem rasgada e/ou amassada, fora do formato padrão, bobinas amassadas, ovaladas, com as extremidades "moles", com excesso de emendas, canudos soltos etc.

O ideal, além disso, é realizar ensaios para verificar se as propriedades do papel, pelo menos as mais importantes, estão de acordo com o que foi especificado. Como nem todas as gráficas possuem recursos para esses ensaios, recomenda-se contratar ensaios de laboratório quando houver dúvidas sobre a qualidade do material recebido.

técnica e operacional do papel, podem ser informações interessantes para compreender a aplicação do produto e a dinâmica dessa importante cadeia de negócios, que gera emprego e renda em todos os cantos do país.

Para dar conta da sugestão de abordar o aspecto técnico e cuidados com manuseio, logística e armazenagem do papel, o NewsPaper buscou orientação dos mestres ligados à ABTG - Associação Brasileira de Tecnologia Gráfica. A seguir, a entrevista gentilmente concedida pelos professores da Escola SENAI "Theobaldo De Nigris", especialistas em papel, Célio Robusti e Paulo Dragoni.

NP - Quais são os cuidados necessários no manuseio e armazenagem do papel desde que sai da fábrica, nacional ou estrangeira, até a entrada na máquina para impressão?

ReD - Em se tratando de folhas, os pacotes, as resmas ou as pilhas devem ser sobrepostas sobre paletes ou skids e devidamente embaladas com plástico ou material similar para proteger o papel da umidade. As pilhas devem ser uniformes.

As bobinas devem ser manuseadas com empilhadeiras apropriadas para não danificá-las, além de ser armazenadas verticalmente para evitar sua deformação. Tanto os paletes, os skids ou as bobinas não devem ser armazenados próximos ao teto ou às janelas dos armazéns, para evitar a incidência excessiva de calor e luz solar. Também deve-se evitar locais muito úmidos.

NP - Quais os problemas que podem ocorrer na gráfica se o papel não for adequadamente armazenado, manipulado e transportado?

ReD - São vários os problemas que podem ocorrer, podemos citar alguns:

- Perda de papel;
- Papel com umidade elevada, que pode prejudicar a alimentação da máquina impressora, bem como a qualidade do impresso;
- Maior número de paradas de máquina;
- Variação de registro;
- Quebras da folha em máquinas rotativas;
- Reclamações;
- Aumento de custos



Matéria-prima essencial para a indústria gráfica, o papel requer cuidados especiais

■ ■ ■ **NP** - *Dentre os vários tipos e especificações de papéis utilizados pela indústria gráfica algum requer cuidados diferenciados?*

ReD - Alguns tipos de papéis requerem, sim, cuidados diferenciados, por exemplo: papel autocopiativo, papel couchê, papel para impressão a laser, entre outros. O papel autocopiativo recebe um revestimento à base de pigmentos e aditivos, em uma ou ambas as faces justamente para produzirem as cópias. Assim o operador deve ter bastante cuidado ao manipular esse papel, pois a aplicação de pressão excessiva pode gerar “azulamento”, ou seja, as cápsulas do agente revelador podem se romper.

Papel couchê é revestido com uma tinta formulada basicamente com pigmentos e ligantes, tornando-o extremamente “microporoso”. Esse revestimento pode ser aplicado em uma face (couchê L1) ou ambas (couchê L2). Quando esse papel (couchê L2) é impresso em máquinas rotativas heat-set, o teor de umidade deve ser bem controlado. Umidade acima de 4,5% pode causar problemas de blistering (bolhas de vapor presas entre o papel base e a camada de revestimento), isso por causa da alta temperatura do secador da máquina.

Papel para impressão a laser deve possuir uniformidade de espessura e teor de umidade em torno de 3,0 a 3,5%, portanto é de suma importância desembalar o papel somente no momento da impressão, para que o mesmo não absorva a umidade do ar, o que poderá acarretar atolamento na impressora.

NP - *As recomendações variam para bobinas e folhas?*

ReD - Algumas recomendações podem ser diferentes para bobinas e folhas. Os papéis em bobinas devem apresentar resistência à tração, ao rasgo e alongamento (na direção de fabricação ou direção de “fibra”) superiores àqueles valores requeridos em papéis em folhas, por causa das altas velocidades das impressoras rotativas.

NP - *A qualificação profissional pode ser um diferencial para evitar danos? O que podemos destacar da formação das pessoas que trabalham com papéis, desde vendedores e compradores, responsáveis por transporte e corte até os operadores de impressoras e pessoal de acabamento?*

ReD - Sendo o papel a matéria-prima mais importante na gráfica (possui maior custo), é de fundamental importância que todos os profissionais envolvidos no processo produtivo conheçam muito bem suas propriedades e os cuidados necessários para o seu manuseio e arma-

zenamento. Assim, esses profissionais devem ser qualificados por uma instituição de ensino especializada. Isso porque dificilmente será possível adquirir esses conhecimentos apenas na prática. A capacitação dos profissionais é um importante investimento, que rapidamente se paga pela redução de erros, retrabalhos, perda de materiais e aumento de produtividade.

NP - *Em geral, as gráficas compram a pronta e imediata entrega, cabendo aos distribuidores a tarefa de gerir os estoques de papéis. Quais aspectos os gráficos devem avaliar atentamente na hora de escolher o fornecedor, visando assegurar a qualidade do papel?*

ReD - Existem vários distribuidores e revendas de papéis no mercado. É importante estabelecer uma relação de confiança com os fornecedores. Embora custo seja fundamental às vezes pode não valer a pena mudar abruptamente de fornecedor quando a diferença de preço não é muito significativa. O fornecedor deve ter bons conhecimentos sobre os vários tipos de papéis que vende. Isso pode ser facilmente verificado numa conversa com o pessoal técnico da revenda. Mas o comprador também tem que conhecer pelo menos o básico sobre essa matéria-prima. Para que não haja surpresas desagradáveis, seria muito importante que o comprador (gráfico) exigisse do fornecedor de papel um laudo com os valores obtidos das características ensaiadas, além de efetuar os mesmos ensaios em seu laboratório para checar se as mesmas atenderão às suas necessidades.

NP - *Quais outros pontos relevantes devemos destacar sobre as condições técnicas e a qualidade da matéria-prima papel?*

ReD - Podemos frisar que, talvez o ponto mais relevante, seja a presença de um Laboratório de Controle da Qualidade do papel na indústria gráfica, para que ele possa ser avaliado no momento do recebimento. Esse laboratório não precisa ser sofisticado, mas possuir equipamentos básicos para que a empresa possa fazer os controles mínimos. É bastante complicado discutir tecnicamente com o fornecedor (papeleiro) algum problema que, possivelmente diz respeito ao papel, se o gráfico não possuir um controle de qualidade adequado para checar se o papel encontra-se dentro das especificações desejadas. Seria mais complicado, ainda, discutir questões referentes à normalização desta matéria-prima tão importante para o setor.

Consumo aparente de papel para imprimir e escrever recuou 19% em 2015

Fabricantes nacionais e importadores reduziram os volumes de papéis disponíveis ao mercado brasileiro no ano passado. Em 2015, a queda na oferta de papéis para imprimir e escrever (I&E) foi bem maior que a média geral de -6,7%, conforme consta no relatório estatístico Cenários Ibá. O consumo aparente de I&E ficou em 1,88 milhão de toneladas, sendo 19,2% abaixo das 2,33 milhões de toneladas de 2014.

A produção nacional destes papéis fechou o ano em queda de -4,8%, totalizando 2,49 milhões de toneladas, ante as 2,62 milhões de toneladas dos doze meses anteriores. Em 2015, do total produzido, 1,55 milhão de toneladas foi para a venda doméstica, volume 11,5% aquém das 1,75 milhão de toneladas comercializadas internamente no ano anterior.

Com mercado interno retraído e o Real desvalorizado, a exportação cresceu 9,5% no comparativo anual, saltando de 863 mil toneladas para 945 mil toneladas, de acordo com o boletim. Pelos mesmos motivos, as importações de papéis de I&E despencaram 41,8%, somando 336 mil toneladas em 2015, sendo que em 2014 atingiram 577 mil toneladas. Em 2013, o

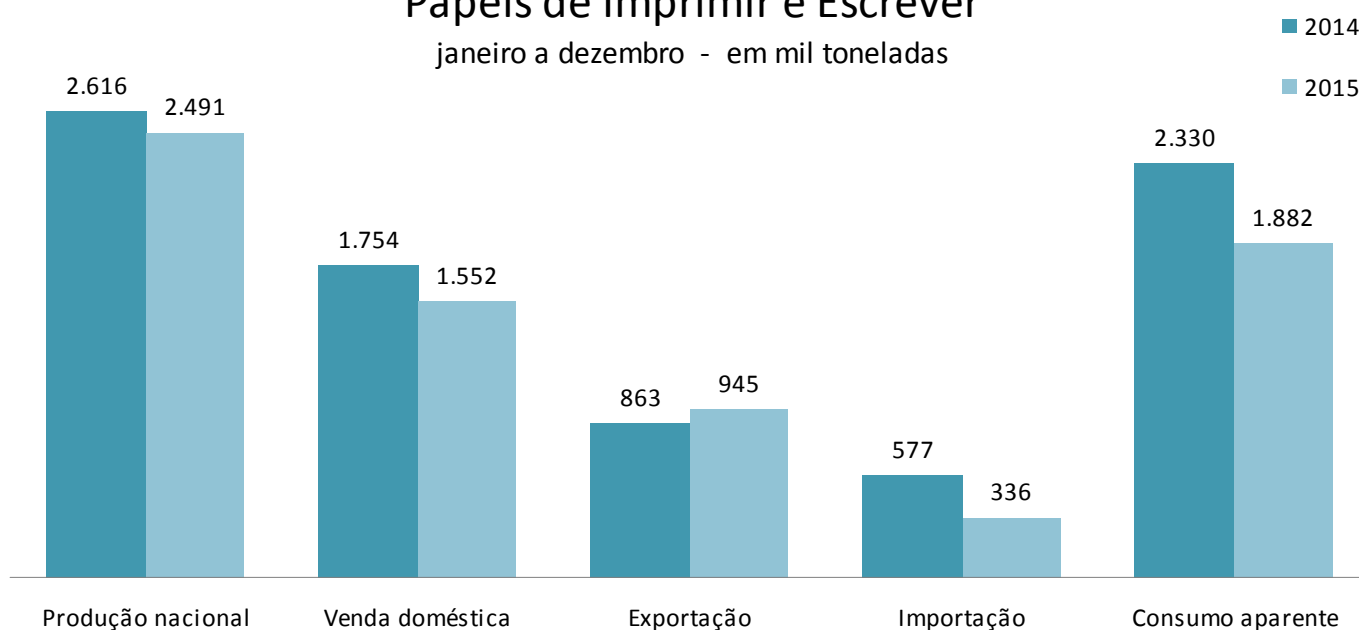
consumo aparente de I&E foi de 2,26 milhões de toneladas, resultado da produção de 2,62 milhões de toneladas, descontadas as 920 mil toneladas exportadas e somadas as 559 mil toneladas importadas. Naquele ano, as vendas domésticas totalizaram 1,71 milhão de toneladas de papel para impressão e escrita.

Outros tipos

No geral, em 2015 os fabricantes nacionais produziram 0,5% menos – 10,34 milhões de toneladas contra 10,40 milhões de toneladas no ano anterior – registrando crescimento nos segmentos de embalagens (1,6%) e nos classificados como outros (1,7%). O mercado interno foi o destino de 5,45 milhões de toneladas de papéis no ano passado, volume 4,6% menor do que em 2014. Nas vendas domésticas, o segmento de papéis sanitários repetiu o resultado anual, enquanto os demais registraram quedas. Já as exportações cresceram para todos os tipos de papéis, deixando saldo positivo de 11,5%, em relação ao ano anterior. As vendas ao exterior somaram 2,06 milhões de toneladas, em 2015, e 1,85 milhão de toneladas em 2014.

Papéis de Imprimir e Escrever

janeiro a dezembro - em mil toneladas



Fonte: Cenários Ibá / 20

Cuchê corresponde a 46% da importação de I&E

Os desembarques de cuchê em 2015 somaram 155,5 mil toneladas, o equivalente a 46% das importações de papéis para imprimir e escrever (I&E) no período, que foi de 336 mil toneladas. De acordo com os dados disponíveis no Sistema AliceWeb, da Secretaria de Comércio Exterior (Secex), o volume anual é o menor desde 2006, quando foram importadas 148,4 mil toneladas, nas quatro NCMs (Nomenclatura Comum do Mercosul) que compõem o grupo de papel cuchê.

As importações de cuchê no ano passado caíram 43% em relação a 2014. O recorde de entradas de cuchê estrangeiro no País foi em 2012, com 363,9 mil toneladas, superando as 362,2 mil toneladas de 2010.

Da cesta de sete grupos de papéis acompanhados mensalmente pelo NewsPaper, apenas o cartão manteve o patamar de 2014, somando 40,2 mil toneladas internalizadas entre janeiro e dezembro do ano passado.

Com acumulados positivos no primeiro semestre, o MWC fechou 2015 com retração de 19,7% ante 2014, mas ainda superando em 65% as importações de 2013. Nos últimos três anos, os dados oficiais registraram a entrada de 69,5 mil toneladas de MWC em 2013, de 86,5 mil toneladas em 2014 e de 42,1 mil toneladas em 2014.

Em percentual, a queda mais significativa foi nas importações de ofsete, de 73,2% no comparativo dos dois últimos anos. A Secex computou o desembarque no País de 14,2 mil toneladas de ofsete no ano passado, contra 52,9 mil toneladas em 2014.

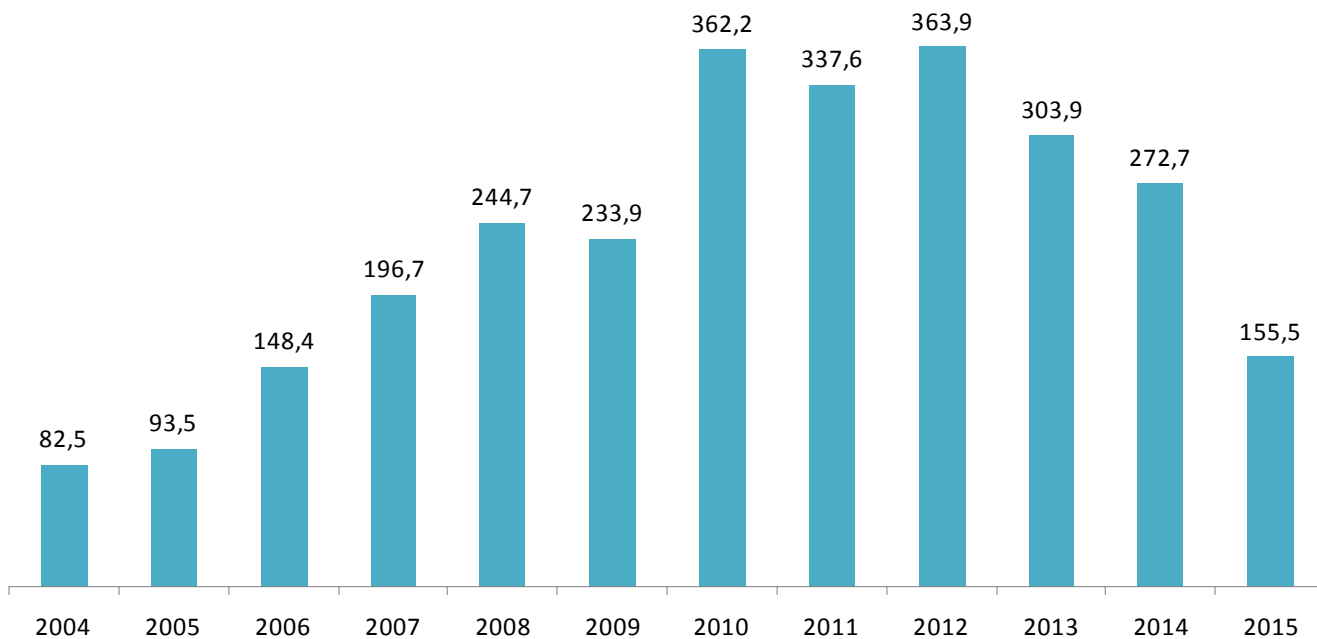
Já as importações de LWC estrangeiro foram praticamente a metade do volume anual anterior. A Secex acusou a entrada de 26,1 mil toneladas no ano passado e 51,2 mil toneladas em 2014.

Dos grupos verificados mensalmente pela Andipa, o *cut size* tem os menores volumes de importação. Em 2015 foram 13,2 mil toneladas dos papéis cortados, queda de 50% em relação as 26,8 mil toneladas do ano anterior.

Dependente dos fornecedores estrangeiros, o mercado de papel jornal responde pelo maior volume de importação na seleção pesquisada. No entanto, vem registrando sucessivas quedas anuais, de forma que as 211,9 mil toneladas de 2015 equivalem a apenas 45% do total de 2010, que foi de 462,7 mil toneladas. Os desembarques de jornal nos anos anteriores somaram 406,2 mil toneladas em 2011, 387,7 mil toneladas em 2012, 318,2 mil toneladas em 2013 e 293,3 mil toneladas em 2014.

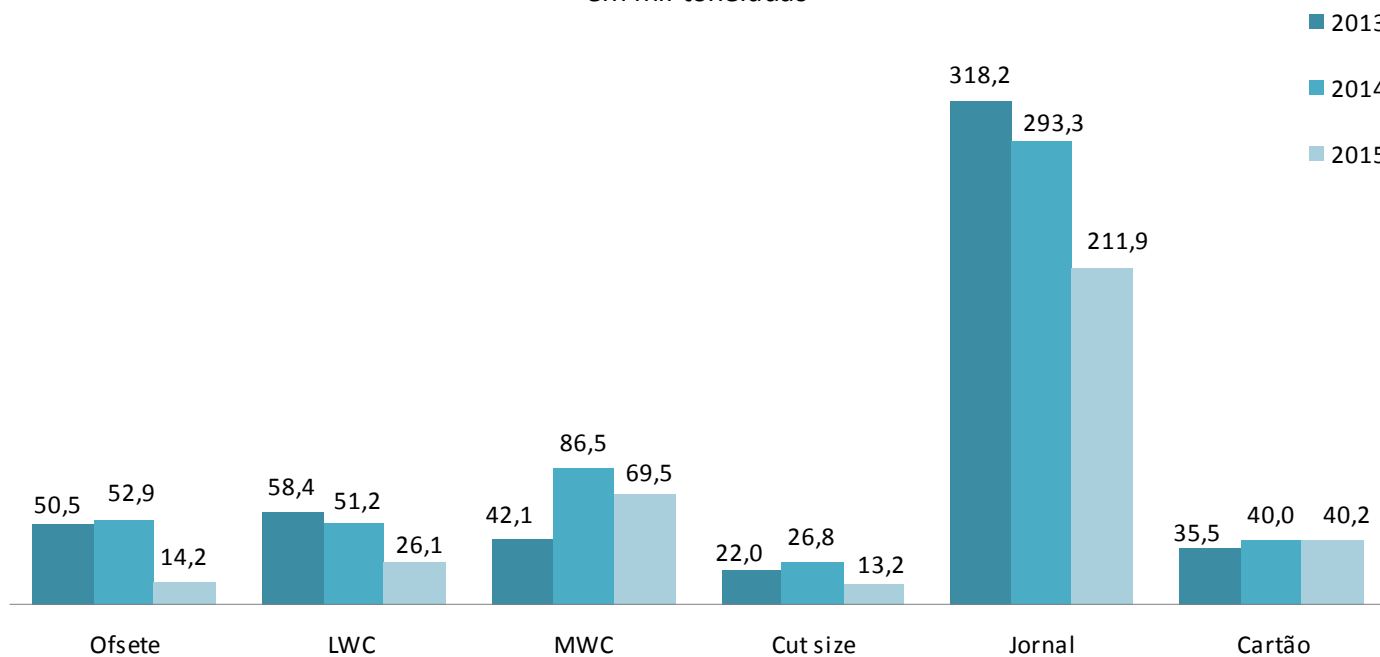
Veja gráficos da página 14.

Importação Anual de Cuchê - em mil toneladas



Fonte: Aliceweb – Secex / MDIC

Importação de papéis - janeiro a dezembro em mil toneladas



Fonte: Aliceweb – Secex / MDIC

Importação segue em baixa em janeiro

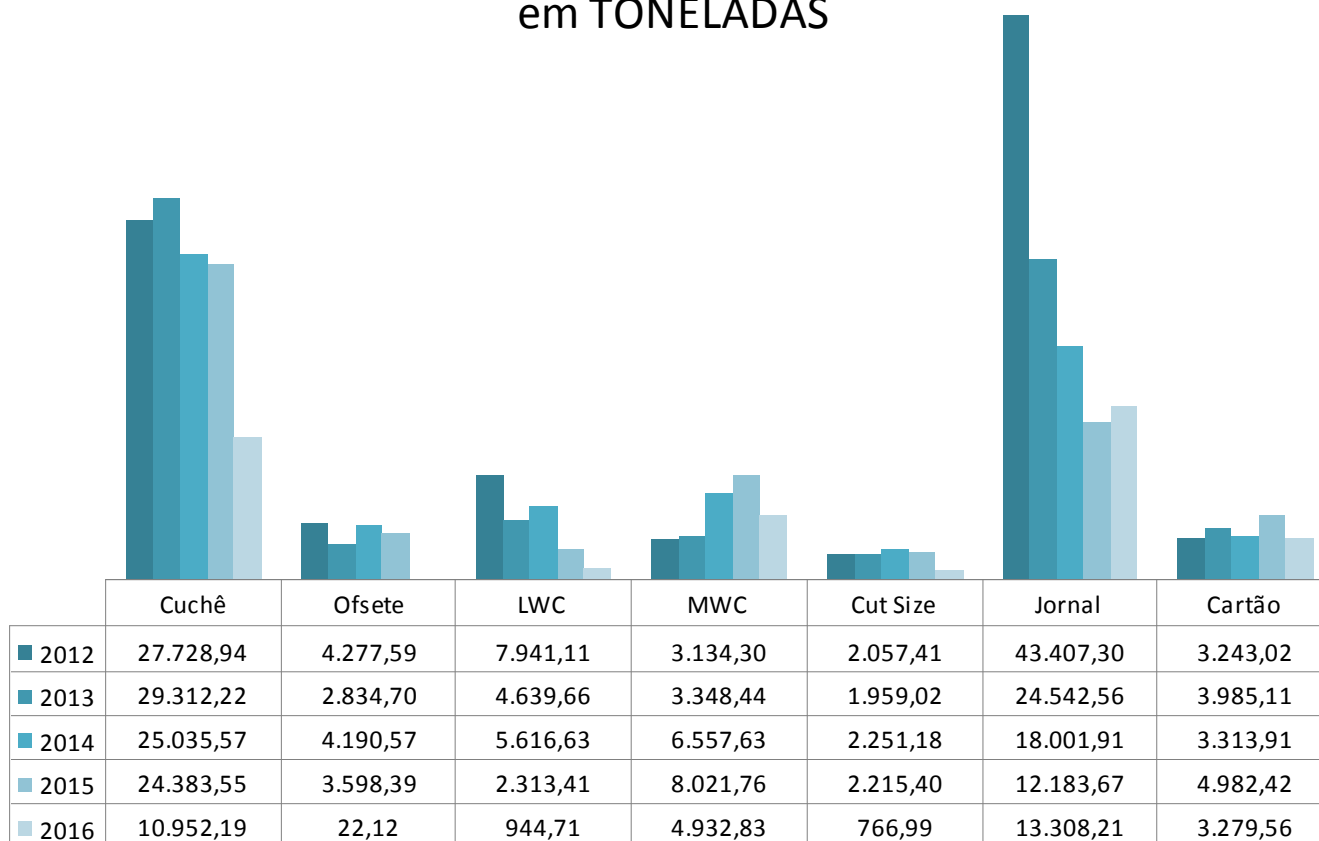
O primeiro mês deste ano manteve o ritmo de importações em baixa, ainda que no total de papéis do (Capítulo 48) as entradas superaram o mês anterior. De acordo com dados da Secretaria de Comércio Exterior (Secex), em janeiro, o Brasil recebeu 54,8 mil toneladas de papéis, 26% mais que as 43,5 mil toneladas desembarcadas em dezembro de 2015. No entanto, o volume é 51% menor que o apurado no mesmo período do ano anterior (88,5 mil toneladas).

Dentre os papéis destinados à produção gráfica e editorial, a queda segue acentuada, tanto que os volumes estão registrados aqui em toneladas, sendo que até então eram apresentados em mil toneladas. O levantamento mensal dos principais itens comercializados pelos distribuidores mostra que

apenas o papel jornal registrou crescimento em janeiro sobre o volume do ano anterior. Ainda assim, teve forte queda quando comparado com o mesmo período dos anos anteriores.

No grupo de cuchês, a entrada de 10.952 toneladas em janeiro de 2016 foi quase o dobro das 5.749 toneladas de dezembro. Mas menos da metade das 24.383 toneladas importadas em janeiro de 2014. O ofsete registrou entrada de apenas 22 toneladas, o *cut size*, de 766 toneladas e o LWC de 944 toneladas. No cartão, foram 3.274 toneladas, praticamente o mesmo resultado de dezembro. Já as importações de MWC em janeiro totalizaram 4.923 toneladas, superando as 3.191 toneladas do mês anterior e perdendo para as 8.021 toneladas de janeiro de 2015.

Importação de papéis - em janeiro em TONELADAS



Fonte: Aliceweb – Secex / MDIC

DISTRIBUIDORES ASSOCIADOS



ENTIDADE MEMBRO DA



www.twosides.org.br